
A MULHER NA DITADURA MILITAR: UMA ANÁLISE DAS LIMITAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA

LARISSA TOMAZONI¹

Resumo

Artigo que aborda aspectos relativos à atuação política feminina em um contexto específico: a ditadura civil militar no Brasil, entre 1964 e 1984, priorizando elementos relativos à atuação de mulheres denominadas pelo governo ditatorial como subversivas, em virtude do seu envolvimento com movimentos de resistência – civil, armada, partidária – ao regime. Destaca-se o caráter misógino da repressão - mencionando a especificidade de certas torturas empregadas somente em mulheres (relacionadas à questão do sexo e da maternidade, por exemplo) – e também no interior da própria militância, em que, mediante análise documental, verifica-se conotação discriminatória e sexista sofrida pelas mulheres pelos militantes homens. Finaliza enfatizando ser complexo abordar historicamente o tema da militância feminina na resistência à ditadura civil militar sem um debate aprofundado sobre questões relativas às relações de gênero no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980.

Palavras-chave

Direitos Fundamentais - Políticas Públicas - Diversidade.



¹ Graduada em Direito pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil.

Introdução

A reconstrução da memória coletiva tem uma função primordial na evolução das relações humanas e é fundamental para a vida social. A memória constitui a base sobre a qual a sociedade afirma ou redefine seus valores, e esse resgate possibilita elucidar o que foi irracional e incoerente. O “controle” sobre o passado garante não apenas o controle sobre o futuro, mas significa sobre tudo, o controle sobre o presente. (BARBOSA, 2007: p.1)

A Ditadura foi instaurada no Brasil por meio do golpe militar em 1964 e perdurou até 1985. Nesse espaço de tempo as mulheres assumiram um papel inédito, pois um número significativo participou da luta na derrubada do regime. Embora esse número fosse inferior ao dos homens, a militância feminina foi um momento de libertação da mulher. (RIDENTI, 1990: 3)

Pretende-se analisar o objeto com o olhar voltado a esse ator social específico, contudo, a ideia não é fazer uma “história das mulheres”, pois estas já estão inseridas na história entre outros tantos sujeitos. A análise trata, portanto, de uma pesquisa sobre as mulheres dentro de um espaço-tempo delimitado. Para isso, faz uso de depoimentos coletados do projeto “Brasil: Nunca mais”, de autoria de Paulo Evaristo Arns, cuja fonte de pesquisa são os processos movidos pela Justiça Militar da época citada.

A relevância do tema está em conhecer e entender esse processo que ofereceu avanços no campo das relações de gênero e participação política. Contudo, essa militância teve certas especificidades por conta do ideário político e social que predominava na sociedade brasileira da época, que será o objeto de investigação dessa pesquisa.

1. Mulher, militância e repressão: a construção do espaço de resistência

O Golpe Militar em 1964 inaugura uma fase de silêncio forçado, de cerceamento de liberdades. Em 1968 o AI5 decretou a suspensão dos direitos políticos e trouxe os Anos de Chumbo. Nesse contexto, fazia-se necessário para uma parcela da sociedade a ressignificação de valores e relações sociais.

A década de 1960 foi um salto paradigmático para as mulheres. Era um momento em que se reconfigurava o papel social da mulher, onde ela rompe com o seu papel de mãe e filha dedicada e invade o espaço público masculino, com atitudes de militante longe dos padrões esperados pela sociedade. Também nessa década, eclodiram os movimentos de luta contra as diferenças sociais, contra a subalternidade, exclusão do poder, por autonomia e direitos, e, no caso das

mulheres, participar desses movimentos era uma forma de emancipação às relações de poder ao qual estavam submetidas. (INSUELA, 2009)

Nesse período, “... ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma ‘mulher política’, parece uma antítese da feminilidade” (PERROT, 2013: 153), daí os bloqueios, as resistências, que atingem ao mesmo tempo o governo e a representação do gênero. Durante a ditadura “a norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar os seus lugares de mães-esposas-donas-de-casa que vivem em função do espaço masculino, como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964” (RIDENTI, 1990: 3), a exemplo da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), União Cívica Feminina (UCF), entre outros. Marcelo Ridenti aponta que a presença feminina reflete um processo de *libertação da mulher* na medida em que tais grupos proporcionaram uma contestação à ordem estabelecida em todos os níveis. Contudo, em nenhum momento desse processo ficou evidente uma discussão de caráter eminentemente “feminista” (1990: 3).

Para a repressão, a quebra dos papéis destinados à mulher e a consequente busca por igualdade trouxe o conceito de “mulher subversiva”, que era dividida em duas categorias: a de prostituta, objeto de desejo dos homens, e a de comunista, desviante política (TORRES, 2010).

Dessa forma, “a mulher militante política nos partidos de oposição cometia dois pecados aos olhos da repressão: de insurgir contra a política golpista fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos” (NASCIMENTO; TRINDADE; AMÂNCIO, 2008: 24). A insurgência feminina revelou-se, sobretudo, no movimento estudantil: a maioria das mulheres que participava dos grupos de esquerda e extrema esquerda eram estudantes, professoras ou outras profissionais com ensino superior (RIDENTI, 1990).

Para os militares, essas mulheres não eram capazes de tomar decisões políticas, mas estariam na militância porque os homens as conduziram e subverteram (INSUELA, 2009). Ao construir o sujeito político feminino, este é descrito como um ser desviante e não político. Quando aparecem em documentos oficiais é porque são filhas, irmãs, esposas ou amantes dos homens procurados. Elas não teriam vontade própria e estavam na militância por outros motivos que não a política, como por exemplo, à procura de homens (TORRES, 2010).

A repressão caracterizava a mulher militante como *puta comunista*, ambas as categorias desviantes de padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico (COLLING, 2004).

Esse entendimento teve efeito prático: a maioria das presas e exiladas de extração social mais pobre foi incriminada por serem mães, irmãs ou esposas de

esquerdistas militantes, e não por participarem diretamente das atividades políticas. Ao contrário das mulheres intelectualizadas processadas, as quais, em geral, participavam ativamente das ações de esquerda, inclusive as armadas (RIDENTI, 1990).

As mulheres adentravam os movimentos de combate à ditadura por sua convicção política e essas organizações apareciam como um espaço aberto para a entrada de mulheres, para o questionamento das desigualdades sociais e para o debate e construção de uma nova sociedade.

Embora a esquerda estivesse aberta à integração feminina em seus quadros, não se pode dizer que havia igualdade entre homens e mulheres. Em tese, todos eram iguais dentro das organizações. Contudo, a vida cotidiana mostrava que a sociedade guardava os rígidos códigos de conduta entre homens e mulheres (MEIRELLES, 2011).

Havia também certo machismo nas organizações de esquerda, que pode ser percebido no seguinte trecho da biografia “a fuga” de Reinaldo Guarany, ex-militante da ALN (Ação Libertadora Nacional) carioca:

As mulheres na esquerda sempre seguiam uma linha bem definida. Com poucas exceções (K era uma mulher lindíssima, com seus cabelos morenos e aqueles olhos verdes. Isolda com charme pra sociólogo nenhum botar defeito. Sonia Lafoz digna de ter sua foto em banheiro de porta-aviões, Carmela Pezuti de deixar Balzac de mão no bolso, e outras) elas em geral se dividiam da seguinte maneira: quanto mais barra-pesada fosse uma organização (ALN e VPR), mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram (por exemplo, AP, Polop, etc.). Portanto, o panorama dentro da ALN era negro: poucas mulheres, todas de sandálias de nordestino e saias de freira. E o que era pior: antes da trepadinha, uma lidinha nos documentos do Mariga, depois da dita cuja, um belo discurso do Fidel. Haja estômago! Na VPR o quadro era bem parecido, mas, não sei por quê, as mulheres usavam minissaias mais curtinhas. O MR-8 (a eterna Dissidência Estudantil) primava pela mistura, como sempre primou, ora querendo atacar de vez, entrando de cheio no militarismo e aí então espantando as bonitinhas, ora fazendo pose de intelectual salvador do proletariado. Nesses momentos, as gatinhas retornavam às suas fileiras, bem queimadas de sol. Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade, disposição sexual, ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época não se falava de feminismo, e as mulheres da esquerda, que estavam rompendo com montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo (GUARANY, 1984 apud RIDENTI, 1990, p. 3).

Ademais, as decisões e estratégias eram quase exclusivamente masculinas. “Portanto, a construção de sua memória individual e de grupo, enfrenta, além da repressão de seu discurso político (assim como a enfrentam os seus companheiros de militância), a repressão de seu discurso, de um modo geral, em função da sua posição na hierarquia de gênero” (NASCIMENTO; TRINDADE; AMÂNCIO, 2008: 4). Ana Maria Colling explica que a questão de gênero é perpassada pela questão social e política, “não é por ser de esquerda, preocupado com os destinos gerais do país que o militante terá uma percepção de igualdade entre os sexos. Ele também entende que o comando político deve ser dos homens” (2004:8). Por esse motivo raramente encontramos dirigentes femininas nos grupos clandestinos.

Outro fato importante segundo Ana Maria Colling é que a condição feminina não tinha relevância nas questões debatidas, sendo inserida nesse contexto quase no fim da Ditadura (1997 apud MEDEIROS; LEMANSKI; MEDEIROS; HEES, 2004, p.2). Segundo Marcelo Ridenti, “foi só no exterior que a maioria das mulheres das organizações de esquerda nos anos 60 e 70 passaram a adquirir uma consciência “explicitamente” feminista”(1990:2). Não se deve imaginar, contudo, que as mulheres eram totalmente submissas nos grupos de esquerda, em geral, e nos armados, em particular. Algumas mulheres chegaram a ocupar cargos de direção, embora esporadicamente. (RIDENTI, 1990)

2. TORTURA, EXÍLIO E CLANDESTINIDADE: AS CONSEQUÊNCIAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO

Durante a Ditadura, as mulheres que se dispuseram a abandonar suas vidas cotidianas para lutar contra o Regime sofreram as mais variadas formas de tortura e não contavam com o apoio da sociedade civil por serem consideradas subversivas. A militância representava uma mudança radical no modo de vida dessas mulheres. A clandestinidade é precedida de uma atividade ilegal (GARCIA, 2011: 327), seja no movimento estudantil, na militância ou em outras esferas de atuação, o “fechamento político” do regime tornava essa opção (clandestinidade) cada vez mais obrigatória para essas mulheres e o exílio em muitos casos era uma alternativa de sobrevivência.

No regime militar, a tortura transformou-se em um fato cotidiano da vida nacional, onde todas as estruturas do Estado passavam por um processo de endurecimento e exclusão do direito do particular (ARNS; SOBEL; WRIGHT, 2001). A tortura foi institucionalizada em nosso país, passando a ser um “método científico”. Eram ministradas aulas a respeito e os interrogados passaram a ser usados como cobaias, instrumentos de demonstrações práticas desse sistema (ARNS; SOBEL; WRIGHT, 2001:51).

O aparato repressivo tinha todo um conjunto de Atos Institucionais, proibições, cassações e ferramentas de denúncia, além de a mídia deslegitimar os militantes, pois apresentavam uma ameaça à moral e aos bons costumes, e acabavam por reforçar a ideia de que as mulheres apoiavam e participavam da militância devido à procura de homens.

Os jornais funcionavam como via de transmissão e difusão desta visão no intuito de legitimá-la, pois utilizavam as mesmas categorias dos órgãos repressivos e de informação, que não são imparciais, contemplando um juízo de valor arraigado no âmbito social. O preconceito que paira sobre a sociedade, transfere-se para as folhas dos arquivos da repressão e se afirma nas páginas jornalísticas (INSUELA,2009). Mulheres militantes constantemente tinham sua sexualidade posta em questão, pois os ditadores acreditavam que uma figura capaz de entrar em uma luta armada e confrontar-se com o governo, desobedecendo as leis e a ordem estabelecida, tinha dois motivos: interesse em manter relações com vários homens ou uma condição sexual “não adequada”, o lesbianismo (MEDEIROS; LEMANSKI; MEDEIROS; HEES, 2004).

Apesar de tanto os homens quanto as mulheres terem sido submetidos às mais bárbaras formas de tortura, as mulheres foram atingidas de forma particular, uma vez que se encontravam sempre nas mãos de agentes da repressão do sexo masculino, ou seja, sofreram todos os tipos de constrangimentos e sofrimentos sob o olhar de alguém que lhes era diferente (MEIRELLES, 2011).

A questão de ser mulher torna a tortura um processo muito particular, por conta dos padrões de conduta, que sob o aspecto sexual colocava a mulher como objeto de prazer do homem (SOARES; SOUSA; OLIVEIRA; CAVALCANTI; MASCENA, 2014). Na tortura se estabelecia uma relação de poder entre os agentes da repressão e as mulheres, baseada na violência e humilhação. Os objetivos fundamentais do agressor eram fragilizar, amedrontar e coibir a vítima, deixando clara a sua posição de inferioridade absoluta em relação ao poder instituído (MEDEIROS; LEMANSKI; MEDEIROS; HEES, 2004). Cabe às mulheres uma cota suplementar de sofrimento que resulta da violência sexual (estupros, às vezes seguidos de gravidez) ou dos rituais de humilhação a que foram submetidas em função de seu gênero (GARCIA, 2011).

De forma a ilustrar melhor a questão das mulheres, utilizou-se os depoimentos do livro “Brasil: Nunca mais”, desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns e equipe, realizado clandestinamente no período entre 1979 e 1985, e que sintetiza informações contidas em 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM) autuados entre 1961 e 1979. Nos depoimentos dados por mulheres, salta aos olhos que além dos métodos violentos de tortura, existiam diversos tipos de violência sexual.

Procura-se demonstrar a partir do que já foi apresentado, que nesse caso a tortura tinha um cunho eminentemente sexual, pois eram vistas pelos agentes da repressão apenas como “mulher-objeto”, com o único fim de “servir sexualmente”. Ou seja, além da dor física, há uma quebra moral, onde a maternidade e a feminilidade são atingidas:

... Despida brutalmente pelos policiais, fui sentada na “cadeira do dragão”ⁱ, sobre uma placa metálica, pés e mãos amarrados, fios elétricos ligados ao corpo tocando língua, ouvidos, olhos, pulsos, seios e órgãos genitais (...) que, ao retornar à sala de tortura, foi colocada no chão com um jacaré sobre seu corpo nu (...) que foi transferida para o DOI da PE, onde foi submetida a torturas com choque, drogas, sevíciasⁱⁱ sexuais, exposição de cobras e baratas; que essas torturas eram efetuadas pelos próprios oficiais (...) a interrogada quer ainda declarar que durante a primeira fase do interrogatório foram colocadas baratas sobre o seu corpo, e introduzida uma no seu ânus (...)a qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. “Márcio” invadia a minha cela para “examinar” meu ânus e verificar se “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Este mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes por “Camarão” e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades (...) que, um dia, irromperam na “geladeira”ⁱⁱⁱ, ela supõe que cinco homens, que a obrigaram a deitar-se, cada um deles a segurando de braços e pernas abertas; que, enquanto isso, um outro tentava introduzir um objeto de madeira em seu órgão genital (...) nua, foi obrigada a desfilar na presença de todos, desta ou daquela forma, havendo, ao mesmo tempo, o Capitão Portela, nessa oportunidade, beliscando os mamilos da interrogada até quase produzir sangue; que, além disso, a interrogada foi, através de um cassetete, tentada a violação do seu órgão genital (...) ao mesmo tempo em que tocava seu corpo, tendo essa prática perdurado por duas horas; que o policial profanava seus seios e, usando uma tesoura, fazia como iniciar seccioná-los (ARNS; SOBEL; WRIGHT, 2001: 35-46).

Além do caráter sexual no processo de tortura, os militares exploravam a maternidade. A intenção do uso do corpo da vítima era instrumental, e no caso das mulheres, o corpo oferecia maiores possibilidades. A gravidez não era impedimento para a tortura, também as crianças e os companheiros foram usados como instrumentos de pressão, tudo “justificado” pela necessidade de urgência nas informações sobre os transgressores do regime.

É possível evidenciar isso através dos depoimentos dados ao Superior Tribunal Militar:

...que molharam seu corpo, aplicando conseqüentemente choques elétricos em todo o seu corpo, inclusive na vagina; que a declarante se achava operada de fissura anal, que provocou hemorragia; que se achava grávida, semelhantes sevícias lhe provocaram aborto (...) ao saber que a interrogada estava grávida, disse que o filho dessa raça não devia nascer; que a 17/10 foi levada para prestar outro depoimento no Codi, mas foi suspenso e, no dia

seguinte, por estar passando mal foi transportada para o Hospital de Brasília; que chegou a ler o prontuário, por distração da enfermeira, constando do mesmo que foi internada em estado de profunda angústia e ameaça de parto prematuro; que a 20/02/72 deu à luz e 24 horas após o parto, disseram-lhe que devia voltar para o PIC (...) e ainda levaram seu filho para o mató, judiaram com o mesmo, com a finalidade de dar conta de seu marido; que o menino se chama Francisco de Souza Barros e tem a idade de 9 anos; que a polícia levou o menino às cinco horas da tarde e somente voltou com ele às duas da madrugada mais ou menos (...) que foi presa no dia 21/10/73, juntamente com o seu filho menor Eduardo, de 4 anos de idade; que o motivo da prisão era que a interrogada desse paradeiro do seu esposo; durante três dias foi pressionada (para dizer) onde estava José Carlos; que se não falasse, seu filho seria jogado do 2º andar, e isso durou três dias; que na ultima noite que seu filho passou consigo, já estava bastante traumatizado, pois ele não conseguia entender porque estava preso e pedia para ela, interrogada, para não dormir, para ver a hora que os soldados viriam buscá-los ; o menino esta traumatizado e com sentimento de abandono (...) que altas horas da noite foi levada à sua residência; que a porta foi arrombada e a depoente entrou acompanhada desses homens e, lá, foi espancada; que prenderam e espancaram o filho da depoente (...)fazendo ameaças aos seus filhos menores, do que resultou, inclusive, a necessidade de tratamento médico-psiquiátrico no menino Sérgio, então com três anos de idade (...) Na tarde deste dia, por volta das 7 horas, foram trazidos sequestrados, também para a Oban, meus dois filhos, Janaína, de 5 anos, e Edson, de 4 anos, quando fomos mostrados a eles com as vestes rasgadas, sujos, pálidos, cobertos de hematomas (...). Sofremos ameaças por algumas horas de que nossos filhos seriam molestados (...)que, inclusive, ameaçaram de tortura seus dois filhos; que torturaram seu marido também; que seu marido foi obrigado a assistir todas as torturas que fizeram consigo; que também sua irmã foi obrigada a assistir suas torturas (ARNS; SOBEL; WRIGHT, 2001:41-45).

Quando não eram apanhadas pelos militares ou quando sobreviviam ao cárcere e às torturas, a dificuldade continuava, pois a volta à sociedade era um período de extremo embaraço, pois a condição que se encontravam anteriormente causava um grande impacto na identidade e na vida delas, trazendo a necessidade de uma constante adaptação individual e social a esses novos contextos. O processo de reinserção é uma longa travessia após os anos de clandestinidade, tortura, exílio e prisão, e nesse momento se observa as consequências do engajamento político. A volta das militantes à vida comum envolvia um cuidado especial, de modo que seu passado revolucionário era ocultado para facilitar a entrada no mercado de trabalho e na vida acadêmica. Esse passado político distinguia e dificultava a convivência em sociedade. Por conta dessa dificuldade, algumas mulheres preferiram recomeçar suas vidas em outros países.

Considerações Finais

Ao longo do artigo foram demonstrados os principais aspectos da militância feminina, principalmente as torturas e os preconceitos sofridos pelas mulheres durante a Ditadura Militar. A partir dos depoimentos é possível notar que a participação das mulheres teve muitas especificidades no que tange à aceitação por parte da sociedade e no tratamento recebido pela repressão. Os papéis sociais que vigoravam na época tiveram grande peso nesse processo de inserção política, pois na década de 1960 não era esperado ou tampouco permitido às mulheres adentrar ao espaço público. Não somente pelo regime repressivo que estava instaurado, mas porque às mulheres estava reservado o papel de mães e esposas restritas ao espaço doméstico.

Insurgir contra o regime, aos olhos da sociedade e dos militares, era considerado um desvio sexual; e a sexualidade, portanto, era, a todo o momento, colocada em xeque. Ademais, a desqualificação como sujeito político era o principal argumento da sociedade e dos militares, apontando que a mulher não teria capacidade intelectual para insurgir de forma politicamente autônoma; ou seja, se estavam na política era porque algum homem a introduziu nesse meio. Os estereótipos da “incapacidade intelectual” eram somados à “fragilidade física”, o que ficava claro no processo de tortura.

Sob esses pilares constituiu-se a dificuldade da militância feminina, e em todo momento ficam evidentes as diferenças na forma como as coisas aconteciam, seja no momento de saída para o espaço de militância ou ainda no momento de as mulheres serem reinseridas ao novo cotidiano. Todos esses aspectos estavam sempre pautados nas relações sociais de gênero.

Consideramos que, a partir do foco dado à pesquisa, as rupturas na ordem política e as ressignificações nas relações de gênero indubitavelmente irradiaram seus efeitos nos direitos e nas relações sociais daquela contemporaneidade.

Referências

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Etnico-cultural**. Disponível em: <<http://goo.gl/S4Wf7o>> Acessado em 12 de fevereiro de 2015.

BARCELOS, Ana Paula de. Legitimação dos Direitos Humanos, 2002, p. 45 *apud* MACHADO, Ivja Neves Rabêlo. Reserva do possível, mínimo existencial e direitos prestacionais. Disponível em <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16435-16436-1-PB.pdf>.

BARCELOS, Ana Paula de. Legitimação dos Direitos Humanos, 2002, p. 45 *apud* MACHADO, Ivja Neves Rabêlo. Reserva do possível, mínimo existencial e

direitos prestacionais. Disponível em <http://goo.gl/aMF1zv> Acessado em: 03 de dezembro de 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil.** São Paulo. Companhia das Letras. 1995 p. 447.

SARLET, Ingo. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais. Na constituição Federal de 1988.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001 p. 60.

GONÇALVES, Antonio Batista. Da intolerância religiosa aos Direitos Humanos. **Universitas Humanas.** v. 8 n. 2 p. 61 – 103. jul/dez 2011.

PELTRO, Pertti J. Iniciação ao estudo da antropologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1971. p. 13.

CHINOY, Ely. **SOCIEDADE Uma introdução à sociologia.** São Paulo: Ed. Cultrix. 2000. p. 58-59.

RIOS, Jorge Raupp. Para um direito democrático da sexualidade. **Disponível**

ⁱ Cadeira do Dragão era um instrumento de tortura, trata-se de uma cadeira pesada com o assento feito de zinco onde eram ligados terminais de choque. Havia também uma travessa de madeira que empurrava as pernas para trás no momento dos espasmos causados pela descarga elétrica, fazendo com que as pernas batessem causando ferimentos profundos.

ⁱⁱ Sevícia é a ofensa física, por meio de atos de tortura, agressão, espancamento ou maus tratos.

ⁱⁱⁱ Esse método consistia em deixar a pessoa nua e encapuzada em um ambiente de baixíssima temperatura, dimensões reduzidas e sem janelas, nesse mesmo ambiente eram reproduzidos sons estridentes e em altíssimo volume, o que provocava quase surdez em quem era submetido a esse tipo de tortura.